



## **1 Planejamento e Resultados Alcançados**

O Relatório de Gestão do exercício de 2018 versa sobre as informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

### **1.1 Planejamento da Unidade**

O Ministério Público de Contas do Estado de Roraima – MPC/RR atua de forma participativa, envolvendo a sociedade, incorporando as expectativas e percepções da população e das lideranças do Estado de Roraima.

O MPC/RR foi instituído pela Lei Complementar nº 205, de 25 de janeiro de 2013, com atribuição de ser uma instituição permanente e essencial as funções de fiscalização e controle externo do Estado de Roraima, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais, individuais e indisponíveis, zelando pela legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, nos atos de gestão da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e Municípios. Para atingir seu objetivo e suas atribuições, o MPC/RR como todos os órgãos da administração pública, está vinculado às leis orçamentárias previstas no artigo 165 da Constituição Federal.

O Plano Plurianual - PPA é lei de periodicidade quadrienal, de hierarquia especial e sujeita a prazos e ritos peculiares de tramitação, instituída pela Constituição Federal de 1988, como instrumento normatizador do planejamento de médio prazo e de definição das macros orientações do Governo para a ação em cada período de quatro anos. O PPA 2016-2019 está estruturado de forma que necessita de mais informações. É necessário que o próximo tenha uma versão com informações clara e coesão, buscando comunicar à sociedade os principais objetivos de governo e suas respectivas metas de maneira mais simples e direta.

Nesse sentido, o Plano está estruturado nas dimensões estratégica, tática e operacional, cujos objetivos são concretizados por meio do Programa de Execução do Controle Externo de forma a privilegiar a Eficiência e Transparência na Gestão Pública, sob a responsabilidade do Tribunal de Contas do Estado de Roraima. O MPC/RR constitui referencial para esta Execução do Controle Externo, tendo como objetivo zelar pela correta aplicação dos recursos públicos do Estado e auxiliar a Assembleia Legislativa na função de exercer o controle externo.



## 1.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

O exercício de 2018 o MPC/RR teve-se uma previsão inicial de R\$ 14.880.872,00, com aprovação de Emenda Parlamentar nº 029/2017 na ordem de R\$ 2.000.000,00 através Lei nº 1.242 de 05 de março de 2018, contudo o valor permaneceu contingenciado, sendo liberado para execução somente na segunda quinzena de dezembro.

Houve a necessidade de remanejamento de fundos na ordem de R\$ 2.448.076,23 para a execução das atividades e ações institucionais, que representou uma realocação de 14,50% com relação a dotação inicial. Ao longo do exercício foi empenhado o valor de R\$ 15.139.257,38, e inscrito em Restos a Pagar o valor de R\$ 595.769,98 encerrando o exercício com um superávit orçamentário de R\$ 2.573.462,49.

Com o advento da Intervenção Federal no Estado de Roraima operado pelo Decreto nº 9.602/2018 de 8 de dezembro de 2018, o MPC/RR recebeu Verba Federal a fim de custear despesas com folha de pagamento dos membros e servidores no valor de R\$ 831.847,87, sendo restituídos aos cofres federal o valor de R\$ 25.920,70 já no exercício de 2019.

Já o FMMPC/RR teve sua execução orçamentária e financeira realizada dentro das legalidades, com uma dotação Inicial de R\$ 119.679,00, também houve a necessidade de realocação de fundos no montante de R\$ 55.400,00. Com relação ao valor empenhado, o FMMPC teve uma execução de R\$ 711,00, o que resultou um superávit orçamentário de R\$ 118.957,00. Vale salientar que a execução orçamentária teve esse resultado devido à crise econômica em que o Governo do Estado de Roraima se encontra.

Nos itens a seguir, são apresentados quadros com a programação orçamentária e financeira e os resultados alcançados relativos ao Programa de Gestão, Execução do Controle Externo.

Ministério Público de Contas					
Programa: 002 Execução do Controle Externo					
Ação: Fiscalização e Controle Externo					
DOTAÇÃO INICIAL	REMANEJAMENTO DE FUNDOS	VALOR SUPLEMENTADO	VALOR EMPENHADO	RESTOS A PAGAR	SUPERVIT ORÇAMENTÁRIO
16.880.872,00	2.448.076,23	831.847,87	13.139.257,38	595.769,98	2.573.462,49

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças



<b>Fundo de Modernização do Ministério Público de Contas</b>				
<b>Programa:</b> 002 Execução do Controle Externo				
<b>Ação:</b> Operacionalização do Fundo de Modernização e Aparentamento do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima.				
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>REMANEJAMENTO DE FUNDOS</b>	<b>VALOR EMPENHADO</b>	<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>SUPERVIT ORÇAMENTÁRIO</b>
119.679,00	55.400,00	722,00	11,00	118.957,00

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

No decorrer do exercício houve a necessidade de alterações no orçamento, a realocação de valores de algumas rubricas foi necessária permitindo assim o cumprimento do plano de gestão do MPC/RR e do FMMPC.

<b>Ministério Público de Contas</b>				
<b>Nº Decreto</b>	<b>Data</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Suplementado</b>	<b>Valor Anulado</b>
24.963	20/03/2018	101	1.013.300,00	1.013.300,00
25.222	25/04/2018	101	73.000,00	73.000,00
26.218	12/11/2018	101	811.130,00	811.130,00
26.401	26/12/2018	101	550.646,23	550.646,23
26.417	29/12/2018	179	831.847,87	0,00
<b>TOTAL</b>			<b>3.279.924,10</b>	<b>2.448.076,23</b>

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

<b>Fundo de Modernização do Ministério Público de Contas</b>			
<b>Nº Decreto</b>	<b>Data</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Suplementado</b>
25.028	09/04/2018	150	55.400,00
<b>TOTAL</b>			<b>55.400,00</b>

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

### 1.2.1 Programa Temático

#### QUADRO 1.2.1 – PROGRAMA TEMÁTICO

#### MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

<b>Identificação do Programa de Governo</b>	
Código Programa	002
Título	Execução do Controle Externo
<b>Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)</b>	



Esfera		a) Global PPA 2016-2019	b) Dotação Posição final - (exercício 2017)	c) Dotação Posição final - (2018)	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS		47.510.519,00	28.480.138,00	16.880.872,00	2.149.509,00	
Orçamento de Investimentos - OI		0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Fontes		0,00	0,00	831.847,87	831.847,87	
<b>Total</b>		<b>47.510.519,00</b>	<b>28.480.138,00</b>	<b>17.712.719,87</b>	<b>1.317.661,13</b>	
<b>Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2018</b>						
<b>Lei Orçamentária de 2018</b>						
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>					<b>Orçamento de Investimento</b>	
e) Despesa Empenhada	f) Despesa Liquidada	g) Despesa Paga	h) Restos a Pagar (inscrição 2017)		i) Despesa Realizada	
			h.1) Processados	h.2) Não Processados		
15.139.257,38	14.633.825,82	14.543.487,40	90.338,42	505.431,56	0,00	
<b>Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores</b>						
Tipo	j) Posição em 01/01/2018	k) Valor Liquidado	l) Valor Pago	m) Valor Cancelado	n) Valor a Pagar	
<b>Não processados</b>	113.044,85	112.379,85	112.379,85	665,00	0,00	
<b>Processados</b>	1.299.168,00	0,00	1.299.168,00	0,00	0,00	
<b>Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ no exercício de 2018</b>						
Dotação OFSS		Dotação OI		Outras Fontes		

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

**FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**

<b>Identificação do Programa de Governo</b>						
Código Programa	002					
Título	Execução do Controle Externo					
<b>Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)</b>						
Esfera		a) Global PPA 2016-2019	b) Dotação Posição final - (exercício 2018)	c) Dotação Posição final - (2018)	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS		473.213,00	221.498,00	119.679,00	132.036,00	
Orçamento de Investimentos - OI		0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Total</b>		<b>473.213,00</b>	<b>221.498,00</b>	<b>119.679,00</b>	<b>132.036,00</b>	
<b>Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2018</b>						
<b>Lei Orçamentária de 2018</b>						
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>					<b>Orçamento de Investimento</b>	
e) Despesa Empenhada	f) Despesa Liquidada	g) Despesa Paga	h) Restos a Pagar (inscrição 2017)		i) Despesa Realizada	
			h.1) Processados	h.2) Não Processados		
722,00	711,00	711,00	0,00	11,00	0,00	
<b>Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores</b>						
Tipo	j) Posição em 1/01/2017	k) Valor Liquidado	l) Valor Pago	m) Valor Cancelado	n) Valor a Pagar	
<b>Não processados</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Processados</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	



Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ no exercício de 2017			
Dotação OFSS		Dotação OI	
			Outras Fontes

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

### 1.2.1.1 Análise Situacional

O Ministério público de Contas do Estado de Roraima no âmbito do PPA 2016-2019 não tem programa temático vinculado sob sua responsabilidade. Atualmente, executa apenas o Programa de Execução e Controle Externo.

### 1.2.2 Objetivo

#### QUADRO 1.2.2 – OBJETIVO

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
<b>Descrição</b>	Zelar pela correta aplicação dos recursos públicos do Estado e auxiliar a Assembleia Legislativa na função de exercer o controle externo.					
<b>Código</b>	33.101	<b>Órgão</b>	MPC			
<b>Programa</b>	Execução do Controle Externo			<b>Código</b>	002	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2019 (exercício final do ciclo do PPA)	b) Realizada em 2018	c) Realizada até 2018	d) % Realização (c/a)
1	Processo analisado	unidade	600	369	1.689	2,8%

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2019 (exercício final do ciclo do PPA)	b) Realizada em 2018	c) Realizada até 2018	d) % Realização (c/a)
**	**					

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
**	**

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

\*\* O MPC não tem metas regionalizadas e metas qualitativas.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
<b>Descrição</b>	Operacionalização do Fundo de Modernização e Aparentamento do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima					
<b>Código</b>	33.601	<b>Órgão</b>	FMMPC			
<b>Programa</b>	Execução do Controle Externo			<b>Código</b>	002	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2019 (exercício final do ciclo do PPA)	b) Realizada em 2017	c) Realizada até 2017	d) % Realização (c/a)
1	Fundo operacionalizado	unidade	01	01	01	100%



METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2019 (exercício final do ciclo do PPA)	b) Realizada em 2017	c) Realizada até 2017	d) % Realização (c/a)
**	**					

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
**	**

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

\*\* O FMMPC não tem metas regionalizadas e metas qualitativas.

### 1.2.2.1 Análise Situacional

As metas físicas quantitativas previstas na ação de responsabilidade do MPC/RR, foram realizadas em sua totalidade bem superior ao definido na elaboração do PPA, contudo na revisão, foi verificada a necessidade de ajustar essas metas de forma que sua execução atendesse as demandas de atividades dos Procuradores. Portanto para o exercício de 2018 o PPA 2016/2019 teve as metas físicas reprogramada, conforme tabela abaixo:

META FISICA/ ANO	QUANTIDADE
2016	150
2017	150
2018	600
2019	600

### 1.3.1 Ações

#### 1.3.1.1 Ações – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS

QUADRO 1.3.1.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	2422 <b>Tipo:</b> Atividade
<b>Título</b>	Fiscalização e Controle Externo
<b>Iniciativa</b>	Processo Analisado
<b>Objetivo</b>	Zelar pela correta aplicação dos recursos públicos do Estado e auxiliar a Assembleia Legislativa na função de exercer o controle externo. <b>Código:</b>
<b>Programa</b>	Execução do Controle Externo <b>Código: 002</b> <b>Tipo:</b>
<b>Unidade Orçamentária</b>	33.101 – Ministério Público de Contas
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) “X” ( ) “Y”
<b>Lei Orçamentária 2018</b>	
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>	



Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2018	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
16.880.872,00	17.712.719,87	15.139.257,38	14.633.825,82	14.543.487,40	90.338,42	505.431,56
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Processo analisado</b>			<b>unidade</b>	<b>600</b>	<b>0</b>	<b>369</b>
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2018	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.412.212,85	1.299.168,00	0,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2433		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Operacionalização do Fundo de Modernização e Aparelhamento					
<b>Iniciativa</b>	Fundo Operacionalizado					
<b>Objetivo</b>	Operacionalizar o Ministério Público de Contas do Estado de Roraima			<b>Código:</b>		
<b>Programa</b>	Execução do Controle Externo		<b>Código: 002</b>		<b>Tipo:</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	33.601 – Fundo de Modernização do Ministério Público de Contas					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) “X” ( ) “Y”					
Lei Orçamentária 2018						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2018	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
119.679,00	119.679,00	722,00	711,00	711,00	0,00	11,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Fundo Operacionalizado			<b>unidade</b>	<b>01</b>	<b>0</b>	<b>01</b>
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2018	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

### 1.3.1.2 - Ação/Subtítulos – OFSS

#### QUADRO 1.3.1.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS



Não se aplica ao Ministério público de Contas.

### 1.3.1.3 - Ações Não Previstas Loa - Restos A Pagar – OFSS

#### Quadro 1.3.1.3 – Ações não Previstas LOA 2017 - Restos a Pagar – OFSS

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

### 1.3.1.4 - Ações Do Orçamento De Investimento

#### QUADRO 1.3.1.4 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2422			<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Fiscalização e Controle Externo						
<b>Iniciativa</b>	Execução do Controle Externo						
<b>Objetivo</b>	A			<b>Código:</b>			
<b>Programa</b>	Eficiência e Transparência na Gestão Pública			<b>Código:</b> 01		<b>Tipo:</b> Finalístico	
<b>Unidade Orçamentária</b>	33.101						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) Exemplo na União: PAC ( ) Idem: Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
16.880.872,00	17.712.719,87	14.543.487,40	Processo analisado	unidade	600	0	369

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2433			<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Operacionalização do Fundo de Modernização e Aparelhamento						
<b>Iniciativa</b>	Execução do Controle Externo						
<b>Objetivo</b>	A			<b>Código:</b>			
<b>Programa</b>	Eficiência e Transparência na Gestão Pública			<b>Código:</b> 01		<b>Tipo:</b> Finalístico	
<b>Unidade Orçamentária</b>	33.601						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) Exemplo na União: PAC ( ) Idem: Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
119.679,00	119.679,00	711,00	Fundo Operacionalizado	unidade	01	0	01

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças





### 1.3.1.5 Análise Situacional

A meta física do MPC/RR para o exercício de 2018 foi de 600 processos analisados, entretanto sua execução ainda não está conforme o programado. Com um resultado de 311 pareceres emitidos, 19 manifestações, 10 representações, 01 recurso, 10 PIP's, 09 recomendações, 06 oitivas e 03 visitas *in loco*, totalizando uma meta física de 369 de processos analisados.

A execução financeira no exercício de 2018 atingiu a meta utilizando 86,15% da dotação disponibilizada, que seguiu de maneira satisfatória, restando 3,52% em restos a pagar. Vale lembrar que o Estado passou por um período de Calamidade Financeira com muitas adversidades econômicas e políticas que causaram os eventos mais intervenientes do exercício, com os atrasos de duodécimos. Diante desse cenário, o MPC/RR sofreu dificuldades na execução financeira e orçamentária devido à alteração nos cronogramas de repasses, tal situação só foi regularizada após a tomada da Intervenção federal já no mês de dezembro.

## 2 Execução Orçamentária e Financeira

### 2.1 Execução das Despesas

#### 2.1.1 Programação

**QUADRO 2.1.1 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS**

Unidade Orçamentária: MPC/RR		Código UO: 33.101		UGO:	
Origem dos Créditos Orçamentários		Despesa Correntes			9 - Reserva de Contingência
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		8.059.016,00	-	6.513.143,00	
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>	2.009.233,58	-	410.795,77	
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>	-	-	-
		<b>Reabertos</b>	-	-	-
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>	831.847,87	-	-
		<b>Reabertos</b>	-	-	-
<b>Cancelados</b>	16.067,86	-	603.295,37		
<b>Outras Operações</b>		-	-	-	
<b>Dotação final 2018 (exercício atual) (A)</b>		10.884.029,59	-	6.320.643,40	
<b>Dotação final 2017 (exercício anterior)(B)</b>		9.360.704,98	-	4.032.600,41	
<b>Variação (A/B-1)*100</b>		16,27		56,73	
Origem dos Créditos Orçamentários		Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		1.828.713,00	-	480.000,00	-
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>	-	-	28.046,88	-
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>	-	-	-
		<b>Reabertos</b>	-	-	-
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>	-	-	-
		<b>Reabertos</b>	-	-	-
<b>Cancelados</b>	1.828.713,00	-	-	-	



Outras Operações	-	-	-	-
Dotação final 2018 (exercício atual) (A)	-	-	508.046,88	-
Dotação final 2017 (exercício anterior)(B)	137.676,70	-	709.086,91	-
Variação (A/B-1)*100	0,00	-	-28,35	-

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

Unidade Orçamentária: FMMPC/RR		Código UO: 33.601		UGO:	
Origem dos Créditos Orçamentários		Despesa Correntes			3- Outras Despesas Correntes
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida		
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		-	-	-	-
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	55.400,00
		Reabertos	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
Cancelados	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-
Dotação final 2017 (exercício atual) (A)		-	-	-	55.400,00
Dotação final 2017 (exercício anterior)(B)		-	-	-	89.025,00
Variação (A/B-1)*100		-	-	-	-9,93
Origem dos Créditos Orçamentários		Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		119.679,00	-	-	-
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
Cancelados	55.400,00	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-
Dotação final 2018 (exercício atual) (A)		64.279,00	-	-	-
Dotação final 2017 (exercício anterior)(B)		25.000,00	-	-	-
Variação (A/B-1)*100		157,12	-	-	-

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

### 2.1.1.1 Análise crítica

Em termos gerais as dotações orçamentárias aprovadas na LOA 2018 foram aderentes às necessidades do órgão ao longo do exercício. Ajustes foram realizados de forma a prover créditos em ações ou grupos de natureza de despesa que apresentaram projeções de dispêndios superiores aos previsto quando da elaboração da proposta orçamentária para 2018. A execução orçamentária das dotações contempladas no orçamento atingiu um patamar plenamente satisfatório e dentro das expectativas projetadas pela Administração.

### 2.1.2 Realização da despesa

#### 2.1.2.1 Despesas totais por modalidade de contratação

#### QUADRO 2.1.2.1 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Unidade Orçamentária: Ministério Público de Contas		Código UO: 33.101	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga



	2018	2017	2016	2018	2017	2016
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>392.887,03</b>	<b>531.373,26</b>	<b>943.029,16</b>	<b>390.744,85</b>	<b>469.360,44</b>	<b>943.029,16</b>
a) Convite	0,00	0,00	0,00			0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00			0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00			0,00
d) Pregão Presencial	110.387,97	402.494,91	943.029,16	110.387,97	453.320,31	943.029,16
e) Pregão Eletrônico	282.499,06	128.878,35	0,00	280.356,88	16.040,13	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Regime dif. de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>1.672.373,03</b>	<b>567.253,80</b>	<b>1.000.946,07</b>	<b>1.665.308,6</b>	<b>513.894,76</b>	<b>1.000.946,07</b>
h) Dispensa	818.201,04	60.973,17	394.021,55	818.201,04	52.974,17	394.021,55
i) Inexigibilidade	854.171,99	506.280,63	606.924,52	847.107,02	460.920,59	606.924,52
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>11.840.508,44</b>	<b>10.866.404,73</b>	<b>11.559.307,80</b>	<b>11.772.510,36</b>	<b>9.727.182,52</b>	<b>11.559.307,80</b>
k) Pagamento em Folha	11.462.363,04	10.472.656,86	10.555.701,46	11.394.364,96	9.333.434,65	10.555.701,46
l) Diárias	378.145,40	393.747,87	1.003.606,34	378.145,40	393.747,87	1.003.606,34
<b>5. Outros</b>	<b>728.057,32</b>	<b>1.700.859,14</b>	<b>673.520,32</b>	<b>714.924,13</b>	<b>1.656.285,21</b>	<b>673.520,32</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>14.633.825,82</b>	<b>13.665.890,93</b>	<b>14.176.803,35</b>	<b>14.543.487,40</b>	<b>12.366.722,93</b>	<b>14.176.803,35</b>

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

Unidade Orçamentária: Fundo de Modernização do Ministério Público de Contas		Código UO: 33.601				
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada			Despesa paga		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>0,00</b>	<b>17.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.500,00</b>	<b>0,00</b>
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão Presencial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
e) Pregão Eletrônico	0,00	17.500,00	0,00	0,00	17.500,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Regime dif. de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>0,00</b>	<b>5.380,00</b>	<b>8.700,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.380,00</b>	<b>8.700,00</b>
h) Dispensa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
i) Inexigibilidade	0,00	5.380,00	8.700,00	0,00	5.380,00	8.700,00
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>51.466,13</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>51.466,13</b>
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	0,00	0,00	51.466,13	0,00	0,00	51.466,13
<b>5. Outros</b>	<b>711,00</b>	<b>51.356,40</b>	<b>17,80</b>	<b>711,00</b>	<b>51.356,40</b>	<b>17,80</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>711,00</b>	<b>74.236,40</b>	<b>60.183,93</b>	<b>711,00</b>	<b>74.236,40</b>	<b>60.183,93</b>

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

### 2.1.2.2 Despesas por grupo e elemento de despesa

#### QUADRO 2.1.2.2 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Unidade Orçamentária: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS		Código UO: 33.101		
DESPESAS CORRENTES				
Grupos de Despesa	Empenhada	Liquidada	RP não processados	Valores Pagos



1. Despesas de Pessoal	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
31.90.11 – Vencimento e vantagens Fixas	8.187.489,46	6.914.783,50	7.822.163,19	6.914.783,50	67.998,08	0,00	7.754.165,11	6.207.050,87
31.90.13 – Obrigações Patronais	1.211.306,36	1.252.173,03	1.211.306,36	1.252.173,03	0,00	0,00	1.211.306,36	1.051.193,31
31.90.96 – Ressarcimento de despesas de pessoal Requisitado	753.657,97	513.459,46	703.099,38	513.459,46	0,00	0,00	703.099,38	387.063,11
Demais elementos do grupo	319.289,77	330.151,00	319.289,77	330.151,00	0,00	0,00	319.289,77	309.476,98
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
33.90.46 – Auxílio Alimentação	1.034.696,23	999.958,62	1.034.696,23	999.958,62	0,00	0,00	1.034.696,23	916.519,13
33.90.39 – Outros Serviços de P. Jurídica	1.262.213,96	697.695,81	1.172.667,26	697.695,81	9.207,15	665,00	1.163.460,11	621.557,99
33.90.36 – Outros Serviços de P. Física	645.673,60	639.112,48	645.673,60	639.112,48	0,00	0,00	645.673,60	539.112,48
Demais elementos do grupo	2.284.689,83	1.632.822,25	2.284.689,83	1.632.822,25	13.133,19	0,00	2.271.556,64	1.609.421,71
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
1. Investimentos	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
44.90.52 – Equipamento e Mat. Permanente	0,00	136.778,35	0,00	24.398,50	0,00	112.379,85	0,00	7.900,00
<b>2. Inversões Financeiras</b>								
<b>3. Amortização da Dívida</b>								
46.90.71 – Principal da Dívida Contratual Resgatado	474.936,43	662.001,28	474.936,43	662.001,28	0,00	0,00	474.936,43	617.427,35

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

Unidade Orçamentária: FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS					Código UO: 33.601			
<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
33.90.93 – Indenizações e Restituições	700,00	51.314,70	700,00	51.314,70	0,00	0,00	700,00	51.314,70
33.90.39 – Outros Serviços de P. Jurídica	22,00	5.421,70	11,00	5.421,70	11,00	0,00	11,00	5.421,70
33.90.14 – Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
1. Investimentos	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
44.90.52 – Equipamento e Mat. Permanente	0,00	17.500,00	0,00	17.500,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00
<b>2. Inversões Financeiras</b>								
<b>3. Amortização da Dívida</b>								

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças



### **2.1.2.3 Análise crítica da realização da despesa**

Embora atípico o exercício de 2018, nota-se, quanto à execução orçamentária, a ocorrência de alteração significativa em relação ao de 2016. Considerando a frustração de receitas materializada pelo atraso de duodécimo no referido exercício, foi necessária readequação de gastos, o que significou severo corte nas despesas deste Órgão.

Uma alteração significativa foi a redução de viagens para cursos e capacitação para servidores, o que ocasionou um impacto positivo para o exercício. Quanto a despesa classificada em diárias teve um impacto de 37,6% com relação ao exercício de 2016 e uma redução de 3,96% com relação ao exercício de 2017, e um impacto 2,24% com relação a dotação inicial do exercício atual, dados que confirmam que essa despesa vem diminuindo ao logo dos exercícios.

Em exercícios passados foi realizado a adesão ao Programa de Parcelamento Especial – PERT, onde houve a possibilidade de regularizar todos os débitos previdenciário de anos anteriores junto à Receita Federal. Já no exercício atual, houve a possibilidade de uma análise nos valores já pagos ocasionando uma redução nos juros e multas, com isso o impacto dessa despesa foi de R\$ 474.936,43, uma redução de 28,26% com relação ao ano anterior.

### **Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade**

No intuito de melhor prestar seus serviços, parte das contratações executadas pelo MPC com base na inexigibilidade trata-se na contratação de empresas para capacitação dos membros que visa a eficácia dos serviços públicos. Nessa mesma modalidade compreende as contratações de serviços continuado como energia elétrica, água e esgoto.

As ações de capacitação devem ser estruturadas de modo a contribuir para o desenvolvimento e a atualização profissional do membro e servidor, estando em consonância com as demandas institucionais de órgão. Sendo assim, podem ser descritas como cursos, treinamentos, grupos de estudo, intercâmbios ou estágios, seminários, congressos e outras modalidades de capacitação.

Já as despesas realizadas pelo Fundo de Modernização do Ministério Público de Contas, foram executadas dentro das previsões legais conforme a Lei nº 952 de 22 de janeiro de 2014.



## **2.2 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos Orçamentários ou Recursos Financeiros**

### **QUADRO 2.2 - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS OU RECURSOS FINANCEIROS**

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

#### **2.2.1 Análise crítica**

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

#### **2.3 Renúncias de Receitas sob a Gestão da UJ**

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

#### **2.3.1 Benefícios financeiros e creditícios**

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

##### **2.3.1.1 Benefícios financeiros e creditícios - Quantificação**

#### **QUADRO 2.3.1.1 - BENEFÍCIOS FINANCEIROS E CREDITÍCIOS GERIDOS PELA UJ OU BENEFÍCIOS FINANCEIROS E CREDITÍCIOS ESTIMADOS E QUANTIFICADOS PELA UJ**

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

#### **2.3.2 Renúncias tributárias**

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

##### **2.3.2.1 Renúncias tributárias sob gestão ou estimadas e quantificadas pela UJ - Identificação**



**QUADRO 2.3.2.1 - RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ OU  
RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS ESTIMADAS E QUANTIFICADAS PELA UJ**

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

**2.3.2.2 Valores renunciados e contrapartida**

**QUADRO 2.3.2.2 - VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA**

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

**2.3.2.3 Valores renunciados por tributo e gasto tributário**

**QUADRO 2.3.2.3 - VALORES RENUNCIADOS POR TRIBUTO E GASTO  
TRIBUTÁRIO**

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

**2.3.2.4 Contribuintes beneficiados pela renúncia**

**QUADRO 2.3.2.4.1 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA -  
PESSOAS FÍSICAS**

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

**QUADRO 2.3.2.4.2 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA -  
PESSOAS JURÍDICAS**

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

**2.3.2.5 Beneficiários da contrapartida da renúncia tributária**

**QUADRO 2.3.2.5.1 - BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA -  
PESSOAS FÍSICAS**

Não se aplica ao Ministério público de Contas.



## **QUADRO 2.3.2.5.2 - BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA - PESSOAS JURÍDICAS**

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

### **Considerações Finais**

É com satisfação que registro o desempenho do Ministério Público de Contas no exercício de 2018, segundo ano de gestão do Procurador Geral de Contas Diogo Novaes Fortes.

Este relatório destaca algumas ações realizadas por este Parquet de Contas, que são apenas alguns resultados decorrentes da ação de controle, os quais reafirmam o compromisso e o empenho da Instituição de atuar em áreas de maior risco, materialidade e relevância, com o objetivo de contribuir com o aperfeiçoamento da Administração Pública, em benefício da sociedade.

Por fim, ressaltamos que o desempenho do MPC/RR no ano de 2018 somente foi possível por meio da efetiva participação das autoridades desta Parquet, da adesão do corpo funcional, do trabalho em equipe e do efetivo atendimento do dever constitucional de zelar pela boa e regular gestão dos recursos públicos em prol da sociedade.

**Mônica Cristina dos Santos Rangel**  
Gerente de Contabilidade-MPC/RR  
CRC/RR 1262-9

**Bruno Cesar Cavalcanti Guedes**  
Diretor Geral do MPC/RR